

ACADEMIA

Luísa Neto*

<https://doi.org/10.21814/uminho.ed.105.1>

In memoriam da Benedita MacCrorie, que me foi aluna, colega, amiga e luz.

1. Lembro-me de em inícios de 2002 ter escrito ao então Bastonário da Ordem dos Advogados a propósito de uma intervenção televisiva em que se referia às “radicais” diferenças entre o ensino português e norte-americano em que os professores forneceriam o endereço de correio electrónico aos estudantes. Explicava-lhe então que a preocupação com a qualidade do ensino do Direito ministrado no ensino superior me parecia ser desejável, louvável e a todos os títulos de promover. Mas que os discursos redondos e supostamente exemplares sobre o que “se faz lá fora”, de tão fáceis se podem revelar incorrectos e provincianos, desconformes com a realidade e que – nomeadamente quando em áreas do conhecimento muito diversas – deixam transparecer algum desconhecimento em relação ao que hoje é e se deseja ser o ensino do Direito.

Nem me deterei no exemplo do que é hoje óbvio método de comunicação e de resolução de dúvidas que os estudantes sabem ter ao seu dispor, fora do horário das aulas ou de atendimento. Mas o acompanhamento

* Professora Associada com Agregação da Faculdade de Direito da Universidade do Porto. Endereço de correio electrónico lneto@direito.up.pt.

pressuposto revela-se também na disponibilização do método de avaliação contínua ou distribuída – como agora se usa dizer –, mesmo que muitas vezes coartada por necessidades de distribuição de serviço que não permitem o respectivo fôlego. Essencial é a busca da assimilação que os estudantes fazem da matéria, tentando fazer do Direito um ensino vivo, mais do que uma reprodução estéril, estagnada e estagnante de conhecimentos, sabendo que é na relação entre docente e discente que radica, dialecticamente, a capacidade de crescer em saber e no saber necessário a todas e a cada uma das profissões jurídicas que os nossos estudantes queiram vir a trilhar. O processo é biunívoco, obviamente, e independente da distinção funcional dos papéis de professor e estudante.

2. O ensino superior, incluindo as universidades portuguesas, foi abalado, nos últimos anos, por um aumento muito significativo do acesso a todas as áreas de formação e pela diversificação dos seus sistemas e cursos. Tínhamos, há trinta anos, um ensino reservado a uma elite, cumulando um processo de sucessivas exclusões económico-sociais.

Hoje, o aumento do *numerus clausus* levanta problemas que o discurso politicamente correcto leva a calar. De facto, a universalização – ao menos tendencial – do acesso ao ensino superior, que é de saudar enquanto efeito de democratização, implica acolher estudantes com pressupostos culturais muito díspares e que uma Universidade não pode nem tem que colmatar, ao menos na sua totalidade.

Ainda que a formação de pessoas seja hoje – como foi no passado e será no futuro –, a missão histórica fundamental do ensino superior, é preciso criar um ambiente propício à modernização das Escolas, à mobilidade de estudantes e professores e à internacionalização. É que nem as pessoas são as mesmas, nem a formação tem o mesmo significado. E também aqui é ilusório – atendendo à volatilidade do conhecimento e à sua difusão transnacional – pensar que basta melhorar os modelos do passado, introduzindo ligeiras adaptações.

3. Ora, é também certo que muitas vezes a tutela contraditoriamente se retrai quando devia actuar e se aproxima quando devia preservar autonomia. Por isso o conceito de autonomia universitária parece hoje, ao mesmo tempo,

excessivo e insuficiente. *Excessivo*, na medida em que reforça os poderes internos e as lógicas de funcionamento de uma instituição que raramente foi capaz de se auto-reformar. *Insuficiente*, porque não permite às Escolas definirem as suas formas próprias de governo e de gestão. Por isso, do mesmo modo que tenho criticado a proliferação de cursos e especializações, defendo a consolidação de Escolas com diferentes projectos científicos e pedagógicos, de Escolas que se afirmem pela sua identidade própria. É nesta diferença que reside o sentido de uma autonomia que tem como corolário indispensável a responsabilidade.

4. Neste sentido, a missão de formar pessoas é, de facto, indissociável da missão de produzir conhecimento, de produzir ciência e cultura. Esta dinâmica nova, mais exigente do ponto de vista científico, não poderá ter lugar em instituições velhas, rígidas, paralisadas por inércias e resistências.

As mudanças em curso na sociedade contemporânea exigem respostas inovadoras das instituições educativas, quer ao nível da sua organização, quer dos conteúdos e estratégias pedagógicas ou dos meios e processos de trabalho, quer ao nível do relacionamento com públicos muito diversos, com um leque alargado de interesses e objectivos: jovens em formação inicial, graduada e pós-graduada; profissionais em formação contínua ou em processos de reconversão profissional; adultos em busca de uma actualização de conhecimentos ou de uma valorização pessoal. Mas também impõem um novo modelo de relacionamento com o mundo do trabalho e com a sociedade em que vivemos. E isso não se consegue com programas duvidosos de formal qualificação. Há que pensar a preparação académica dos estudantes perspectivando a sua integração no mundo do trabalho, mas sem descurar a sua formação cultural e cívica. De um diplomado do ensino superior espera-se, ainda, que desenvolva competências de acção e compreensão do mundo em que vivemos.

5. É neste sentido importante perceber a Universidade com uma cultura de serviço muito própria e extraordinariamente arreigada na tradição societária da cidade, privilegiando mecanismos específicos de barometrização e de observatório permanente quer da qualidade interna da instituição, quer da qualidade dos serviços prestados directamente à comunidade ou através dos graduados que dela emanam.

O crescimento e a projecção das instituições de ensino superior – sempre suportados em redes e numa política científica compaginável com os nossos congéneres públicos nacionais e em diálogo com os centros estrangeiros de excelência – ancora-se no crescimento científico do corpo docente, e na recompensa da dedicação e do mérito – o que não tem sido feito de todo – nos seus graus, na sua investigação, nas suas publicações, na oferta de formação pós graduada conferente e não conferente de grau, na organização de reuniões científicas, mas também. Mas também, e com apurmo, na projecção dos licenciados, mestres e doutores que lhes são cartão de visita: é com um sorriso que se devem ler os inquéritos de empregabilidade e testemunhar o agrado com que são abraçados no mercado de trabalho, vibrar com os resultados que possam alcançar em concursos nacionais de acesso às mais tradicionais profissões jurídicas.

E é – deve ser – esse o sentido da avaliação como condição essencial ao desenvolvimento da qualidade do ensino superior, ao invés de uma avaliação estéril e/ou de acordo com parâmetros e metodologias discutíveis e/ou discutidas, alinhada em falaciosa comparabilidade com instituições de diversa índole, mister ou longevidade.

É que a primeira etapa da avaliação interna é a da sensibilização continuada, que visa preparar e consciencializar a comunidade universitária para o acolhimento e participação desta no processo avaliativo, tais como fóruns de integração académica, seminários, publicação de documentos, encontros com líderes discentes, reuniões com as comissões de cursos, estudos de caso, palestras de especialistas internos e externos. A sensibilização permite precisamente que se venha a contribuir de maneira relevante e decisiva para o êxito do plano de desenvolvimento institucional.

Mas se é verdade que uma universidade é – deve ser – mais do que a perspectiva fria orçamental, que constrange e impede a atractibilidade e diversidade de novas contratações, não pode pretender-se ser um punhado de docentes e doutores que, de cara alegre e sem nada mais exigir, lecciona, avalia, atende estudantes, ajuda a formar pessoas, escreve, investiga, participa em júris, gere, adequa cursos a Bolonha, garante acções de formação contínua, capta financiamento, produz relatórios de desenvolvimento estratégico e de auto-avaliação, coordena pós graduações, mestrados e doutoramentos,

organiza cursos de verão e de sensibilização pedagógica, presta serviços à comunidade e assegura representações institucionais.

6. Pedindo emprestadas as palavras de Vasco Pereira da Silva: “[N] uma Universidade em que se encontram indissolúvelmente ligadas as tarefas de investigação e de ensino, tanto se exige ao professor de Direito que saiba investigar e construir autonomamente o seu pensamento no domínio da respectiva disciplina científica, como se deve também exigir que ele seja capaz de comunicar, de fazer chegar aos estudantes o fruto da sua investigação e labor doutrinal, numa palavra, que seja capaz de ensinar. De facto seria, no mínimo, muito estranho conceber que um professor de Direito pudesse ser alguém em condições de colocar e de resolver mil e um problemas de natureza dogmático-jurídica, mas demonstrasse, simultaneamente, uma total ignorância no domínio da pedagogia, sendo incapaz de problematizar, sequer, o seu próprio ensino”¹. Ou seja, é importante que se pense mais em passar a formação – de quadros mentais, de raciocínio e actuação – do que a informação. E importa por isso questionar também alguns modelos menorizantes de ensino tutorial no quadro de um ensino universitário que precisamente deve fomentar o espírito crítico e de autonomia. No mesmo sentido, também a excessiva especialização parece um risco. É que a especialização se processa ao nível da informação – muitas vezes em sede de ensino pós-graduado – devendo a formação de base ser de banda ou espectro largo.

7. É que a Universidade é o local onde todos estudam ou devem estudar: professores e estudantes. E isto não significa, ao invés do que muitos temem, que se perca ou desrespeite a noção dos papéis que cada qual tem dentro da instituição. O processo é biunívoco, obviamente, e independente da distinção funcional dos papéis de professor e estudante. Sabemos que somos professores e estudantes, e que isso representa uma diferença, quando é preciso. Mas para um docente é no perceber a inteligência, o raciocínio rápido, o interesse e as qualidades humanas dos estudantes, o vê-los diferentes mas iguais de ano para ano, é o sabê-los apesar de tudo com confiança em nós

¹ Vasco Pereira da SILVA, *Ensinar Direito (a Direito), Contencioso Administrativo, Relatório sobre o Programa, os Conteúdos e os Métodos de Ensino da disciplina de Direito Administrativo II*, Coimbra, Almedina, 1999, p. 12.

que nos relança no desafio da exigência. Porque se criam laços no quotidiano. Porque se procuram pessoas completas, que isso vem antes de tudo, porque se querem pessoas felizes, verticais e “inteiras”, como diria Ricardo Reis, um dos heterónimos do Pessoa.

8. Devolvam-nos tempo. Estamos verdadeiramente empenhados num esforço de renovação. Mas para que ele vingue é indispensável eliminar permanentes entraves burocráticos e a voragem regulamentadora que nos asfixia. É preciso traçar metas, confiar nas instituições, avaliá-las e responsabilizá-las. Não é preciso tirar-lhes a iniciativa, tudo querer controlar através de despachos, ordenações e directivas. Deixem-nos trabalhar naquilo que é – naquilo que tem que ser – o *core business* das nossas instituições: centrarmo-nos nos nossos estudantes de licenciatura, de mestrado, de doutoramento, sustentar o nosso ensino em investigação de qualidade. Não há novidade neste objectivo? Ainda bem. É que a certeza do que é devido se impõe com uma força avassaladora. As palavras não substituem as obras: “[O] pregar que é falar, faz-se com a boca; o pregar que é semear, faz-se com a mão. Para falar ao vento, bastam palavras; para falar ao coração, são necessárias obras”².

9. Não há valor mais seguro do que a confiança que em nós deposita a sociedade, a cidade, a Universidade, os nossos estudantes. Sabemos da nossa obrigação de estar à altura desta confiança. De ensinar Direito mas de os fazer perceber que há outras coisas a fazer-nos viver com alma, num equilíbrio entre força, inteligência, capacidade de trabalho, perseverança, bom humor, generosidade, lealdade, solidariedade e justiça - no sentido mais amplo do termo que nos anima.

Aos estudantes se pede que façam também a sua parte, também. Que não exijam o impossível, percebam que o estudo não se faz por sebatas, que estudar não é apenas sentarem-se a conversar na biblioteca – por bonita que saibamos que é –, que estarem numa Universidade Pública significa que as vossas propinas são também custeadas pelo Estado porque têm que ter a responsabilidade de aproveitar a oportunidade que lhes é dada. Que levem as

² Padre António VIEIRA, *Sermão da Sexagésima pregado na Capela Real no ano de 1655*, Parte IV.

coisas a sério, todos os que ainda estão, os que saíram e voltam e dão notícias. Que não nos desapontem e aceitem o nosso orgulho.

10. A comunidade universitária que constituímos e formamos tem que ser a tradução viva dos valores e virtudes que professamos, para neles integrarmos progressivamente os que nos procuram, de modo a que possam ser amanhã fermento na massa.

Sebastião da Gama, inspirado pela Serra da Arrábida, a sul, escreveu num dos seus Diários que não há melhor sensação do que a de ter dado uma aula bem dada. E é verdade. Quando isso acontece – infelizmente não é sempre! – é mesmo uma sensação bonita, aquela de que se passou a corrente. E é essa corrente que faz da Academia casa para os que chegam, para os que passam e para os que querem ficar. Só nesse sentido seremos também instituição – daquelas que vive e perdura no meio social. Só nesse sentido seremos, como escrevia Ortega y Gasset “uma instituição que se intromete na vida, que se envolve nas suas urgências e paixões, que responde com serenidade ao frenesim, com lucidez à frivolidade, com perspicácia à estupidez”³.

Saudades desse futuro. Era disso que falava Pessoa.

³José ORTEGA Y GASSET, *Misión de la Universidad*, Madrid, Revista de Occidente, 1930, pp. 142-143.